

**LEI N° 188/2007**

**SÚMULA: CRIA O CONSELHO E FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal de Santa Maria do Oeste Estado do Paraná aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1º** - Fica criado o Conselho Municipal de Habitação em caráter deliberativo e com a finalidade de assegurar a participação da comunidade na elaboração e implementação de programas na área habitacional, além de gerir o Fundo Municipal de Habitação a que se refere o art. 2º.

**Art. 2º** - Fica criado o Fundo Municipal de Habitação, destinado a proporcionar apoio e suporte financeiro à implementação de programas habitacionais voltados à população de baixa renda.

**Art. 3º** - Os recursos do Fundo, em consonância com as normas e diretrizes do Conselho Municipal de Habitação, serão aplicados em:

**I** - construção de moradias pelo Poder Público ou em regime de mutirão;

**II** - produção de lotes urbanizados;

**III** - urbanização de favelas;

**IV** - melhoria de unidades habitacionais;

**V** - aquisição de materiais de construção;

**VI** - construção e reforma de equipamentos comunitários e institucionais, vinculados a projetos habitacionais;

**VII** - regularização fundiária;

**VIII** - aquisição de imóveis para locação social;

**IX** - serviços de assistência técnica e jurídica para a implantação dos objetivos da presente Lei;

**X** - serviços de apoio à organização comunitária em programas habitacionais;

**XI** - complementação da infra-estrutura em loteamentos deficientes deste serviço, com a finalidade de regularizá-lo;

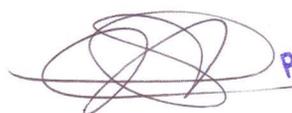
**XII** - ações em cortiços e habitações coletivas com o objetivo de adequá-los à dignidade humana;

**XIII** - reassentamento de moradores em situação de risco ou em áreas de preservação ambiental em áreas ocupadas irregularmente por população de baixa renda;

**XIV** - implementação ou complementação de equipamentos urbanos de caráter social em áreas de habitações populares;

**XV** - aquisição de áreas para a implantação de projetos habitacionais;

**XVI** - contratação de serviços de terceiros, mediante licitação para execução ou implementação de projetos habitacionais e de regularização fundiária;



**PUBLICADO EM 19/12/07**  
**JORNAL TRIBUNA**  
**ED. 6955**  
**1**

**XVII** - execução de obras com financiamento do material de construção necessário para implantação de habitação em áreas de terceiros, desde que, enquadrável nos objetivos previstos nesta lei.

**Art. 4º - Constituição receita do Fundo Municipal de Habitação:**

- I - dotações orçamentárias próprias;
- II - recolhimento de prestações de financiamentos de programas habitacionais;
- III - doações, auxílios e contribuições de terceiros;
- IV - recursos financeiros oriundos da União, do Estado e de outros órgãos públicos, repassados diretamente ou através de convênio;
- V - recursos financeiros oriundos de entidades internacionais de cooperação, repassados diretamente ou através de convênio;
- VI - aporte de capital decorrente de operações de crédito em instituição quando previamente autorizados por lei específica;
- VII - rendas provenientes da aplicação de seus recursos no mercado de capitais;
- VIII - outras receitas provenientes de fontes aqui não explicitadas, com exceção de impostos.

§ 1º - As receitas descritas neste artigo serão depositadas, obrigatoriamente, em conta especial a ser aberta e mantida em estabelecimento de crédito;

§ 2º - Quando não estiverem sendo utilizados nas finalidades próprias, os recursos do Fundo poderão ser aplicados no mercado de capitais, de acordo com a posição das possibilidades financeiras aprovadas pelo Conselho Municipal de Habitação, objetivando o aumento das receitas do Fundo, cujos resultados a ele reverterão.

**Art. 5º** - Os recursos serão destinados prioritariamente a projetos que tenham como componentes organizações comunitárias, Associações de Moradores e Cooperativas Habitacionais, cadastradas junto ao Conselho Municipal de Habitação, após aprovados por este, mediante apresentação da documentação necessária, sendo indispensável memorial descritivo, relatório de impacto ambiental, orçamento global e unitário, prazo de conclusão e condições de pagamento;

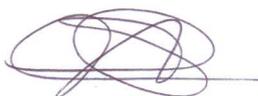
**Art. 6º** - O Fundo de que trata a presente Lei, ficará vinculado à rubrica orçamentária do Departamento Municipal de Promoção Social.

**Art. 7º** - A Administração Municipal, através do Departamento Municipal de Promoção Social fornecerá os recursos humanos e materiais necessários à implantação dos objetivos da presente Lei; tendo por dever denunciar qualquer irregularidade ou ilegalidade comprovada;

**Art. 8º** - Compete ao Departamento Municipal de Promoção Social:

I - administrar o Fundo Municipal de Habitação, em consonância com as deliberações do Conselho Municipal;

II - ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo Municipal de Habitação;



PUBLICADO EM 19.11.2007  
JORNAL TRIBUNA  
ED. 6.955  
2

**III** - firmar convênios e contratos, inclusive empréstimos, juntamente com o Prefeito Municipal, referentes a recursos que serão administrados pelo Conselho Municipal de Habitação;

**IV** - recolher a documentação das despesas e da receita, encaminhando à Contabilidade Geral do Município, assim como as demonstrações mensais da receita e das despesas do Fundo;

**V** - submeter ao Conselho as demonstrações mensais da receita e despesas do Fundo;

**VI** - levar ao Conselho, para conhecimento, apreciações, deliberações e projetos do Executivo na área da habitação;

**Art. 9º** - O Conselho Municipal de Habitação será constituído por sete (10) membros, a saber:

- 03 (três) representantes do Executivo Municipal,
- 07 (sete) representantes da sociedade civil;

§ 1º - Tanto o Poder Público como as entidades indicarão os (s) membros (s) titulares, bem como seus suplentes;

§ 2º - Cada entidade terá o prazo de 30 (trinta) dias para indicar seus representantes;

§ 3º - Caso alguma entidade não informe seu representante, será excluída do Conselho;

§ 4º - O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, permitindo-se a recondução por igual período;

§ 5º - A designação dos membros do Conselho será feita por ato do Prefeito Municipal;

§ 6º - O mandato dos membros do Conselho será exercido gratuitamente, ficando expressamente vedada a concessão de qualquer tipo de remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária.

**Art. 10º** - O Conselho Municipal de Habitação reunir-se-á ordinariamente, pelo menos 01 (uma) vez por mês, devendo o calendário ser fixado pelo próprio Conselho;

**Art. 11** - Na primeira reunião de cada gestão, o Conselho elegerá, dentro de seus membros, a Diretoria que será composta por um Presidente, um Vice-Presidente e por Secretários, que tomarão posse no mesmo ato;

**Art. 12** - As decisões do Conselho serão tomadas com a presença da maioria absoluta de seus membros, tendo o Presidente o voto de qualidade;

**Art. 13** - A convocação para as reuniões será feita por escrito, com uma antecedência mínima de 08 (oito) dias, no caso das reuniões ordinárias; para as reuniões extraordinárias o prazo será de 24 (vinte e quatro) horas;

**Art. 14** - O Conselho terá seu Regimento Interno, que regerá o funcionamento das reuniões e disporá sobre a operacionalidade das suas decisões;



PUBLICADO EM 19/12/07  
JORNAL TRIBUNA  
ED. 6-955

**Art. 15** - Em benefício de seu pleno funcionamento, o Conselho poderá solicitar a colaboração do Executivo Municipal na tarefa de assessorar as reuniões, podendo utilizar os serviços das unidades administrativas do município que forem necessárias;

**Art. 16 - São atribuições do Conselho:**

- I - determinar as diretrizes e normas para a gestão do Fundo Municipal de Habitação;
- II - estabelecer programas anuais e plurianuais de recurso do Fundo Municipal de Habitação;
- III - estabelecer limites máximos de financiamento, a título oneroso ou a fundo perdido, para as modalidades de atendimento previstas no art. 3º;
- IV - definir políticas de subsídios na área habitacional;
- V - definir formas de repasse a terceiros dos recursos que estão sob a responsabilidade de terceiros;
- VI - estabelecer as condições de retorno dos investimentos;
- VII - definir as formas e os critérios para a transferência dos imóveis vinculados ao Fundo aos beneficiários dos programas habitacionais;
- VIII - traçar normas para a gestão do patrimônio vinculado ao Fundo;
- IX - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo, solicitando, se necessário, o auxílio do órgão de finanças do Poder Executivo;
- X - dirimir dúvidas quanto a aplicação das normas regulamentares relativas ao Fundo, nas matérias de sua competência;
- XI - propor medidas de aprimoramento do desempenho do Fundo, bem como outra forma de atuação, visando à execução dos objetivos do programa social;
- XII - acompanhar e fiscalizar a execução dos programas habitacionais podendo requerer embargos das obras, suspensão ou liberação de recurso, uma vez constatado o desvio dos objetivos do projeto, irregularidades na aplicação dos recursos, desrespeito às normas da boa técnica ou agressão ao meio ambiente;
- XIII - propor e aprovar convênios destinados à execução de projetos habitacionais de urbanização e de regularização fundiária;

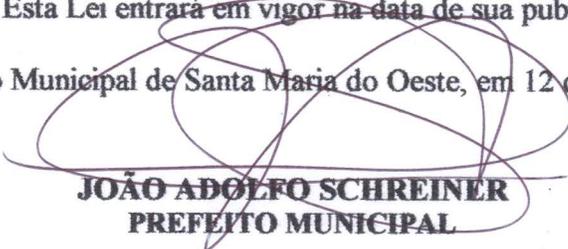
**Art. 17** - O Fundo de que trata a Lei terá vigência ilimitada.

**Art. 18** - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, a contar no Orçamento do Município.

**Art. 19** - A presente Lei será regulamentada, no que for necessário através de Decreto do Executivo, notadamente, o enquadramento de beneficiários, situação sócio-econômica, dentre outros.

**Art. 20** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste, em 12 de dezembro de 2007.

  
**JOÃO ADOLFO SCHREINER**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

PUBLICADO EM 13/12/07  
JORNAL TRIBUNA  
ED. 6.955  
4